

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA (ARARUNA/PB)

Márcio Balbino Cavalcante*

Edna Maria Furtado**

RESUMO

As políticas públicas de turismo vêm ocupando espaço significativo no âmbito do planejamento e da gestão pública nas mais diferenciadas escalas. Este trabalho versa sobre o desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação e a necessidade de criação de políticas públicas inclusivas, tendo como estudo de caso, o Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Araruna/PB, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas no Parque, em especial, as práticas ecoturísticas existentes na área. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de maio a agosto de 2010. Para a concretização deste estudo foram desenvolvidas as seguintes etapas metodológicas: levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, registro fotográfico e aplicação de questionários para a coleta de dados sobre os aspectos geoambientais, turísticos e socioculturais do local. Os dados e as informações obtidas demonstram que o Parque conta com um potencial natural notável para o turismo, em especial o ecoturismo, porém, precisa-se que sejam desenvolvidas ações efetivas por meio de políticas públicas, para compatibilizar a atividade ecoturística e a preservação do ambiente, ambas pautadas na ótica do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Políticas públicas. Turismo. Unidades de Conservação.

1 INTRODUÇÃO

As Unidades de Conservação ou áreas naturais protegidas são espaços legalmente instituídos com o objetivo de proteger a natureza, seja do ponto de vista da preservação da biodiversidade e das belezas paisagísticas e ou da utilização sustentada dos ecossistemas e seus recursos naturais. Do ponto de vista geográfico, podemos entender as Unidades de Conservação como uma forma de institucionalização do espaço e uma expressão de seu controle político (RÖPER, 1999).

A criação da 1ª área protegida do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone (*Yellowstone National Park*), nos Estados Unidos, em 1872, converteu-se no marco inicial desse processo. Tratou-se da demarcação de uma área onde os recursos naturais seriam protegidos da ação depredadora do homem e cujos lugares aprazíveis seriam destinados ao lazer, ou seja, ao ócio das

* Geógrafo - Mestrando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN E-mail: cavalcantegeo@bol.com.br

**Geógrafa - Professora do Departamento e da Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – UFRN. E-mail: ed@ufrnet.br

populações urbano-industriais. Serrano (1997, p. 104), entende que essa iniciativa, apesar de inédita em termos de relação homem-natureza, não aconteceu isoladamente:

Ela se dá em meio a um amplo questionamento do antropocentrismo que, ao longo de toda a história da cultura ocidental, tem predominado como orientador de representações e práticas humanas em relação à natureza. No período entre os séculos XVI e XIX, durante a transição que leva ao estabelecimento da economia capitalista, tal questionamento e a conseqüente mutação de posturas que ele desencadeia vão levar a novas relações dos homens com os animais e plantas.

Para autor, o “modelo *Yellowstone*” resultou de uma ideologia preservacionista que vê nos parques a única forma de salvar “pedaços” da natureza. A idéia de instituição suscita um paradoxo ao vincular a proteção ambiental, implicando no afastamento de qualquer atividade de exploração dos recursos, ao usufruto para o lazer e, por extensão, para o turismo. Daí, mais do que uma estratégia governamental de conservação, o modelo traduz de forma emblemática um tipo de relação homem-natureza

Para Lima (2003, p. 71), as Unidades de Conservação vem se constituindo numa das principais estratégias para a conservação da natureza e isto se explica, por um lado, pela degradação ambiental crescente, especialmente devido aos impactos da expansão urbano-industrial e pela devastação das florestas e, por outro, é que neste período a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico, e a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado. Assim, em nome do ecoturismo, áreas remotas e partes dos territórios relativamente pouco alterados dos países estão se convertendo em destinos favoritos para turistas nada convencionais.

No Brasil, a criação de parques, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais, tem com objetivo primordial a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica ou beleza cênica. Atualmente as Unidades de Conservação brasileiras são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9. 985, de 18 de julho de 2000. Segundo esta Lei, os parques são espaços destinados a Preservação dos ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisa, atividade de educação ambiental, e ecoturismo. É desapropriada, permitida a visitação controlada. Estes parques, quando criados, precisam possuir uma infra-estrutura mínima que venha a subsidiar a prática das atividades acima citadas.

Apesar das unidades de conservação serem locais destinados à conservação ambiental, exercício da educação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza em seu estado original ou mais próximo deste, a prática da atividade turística muitas vezes não atende a esses

princípios. Nota-se, neste sentido, a necessidade de implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo, como forma de melhorar o planejamento e a gestão destas atividades nas Unidades de Conservação brasileiras.

Partindo deste contexto, o objetivo deste artigo é discutir o desenvolvimento de políticas públicas do turismo em Unidades de Conservação, tendo como estudo de caso, o Parque Estadual da Pedra da Boca, localizado no município de Araruna/PB, concentrando as atenções nas atividades desenvolvidas no Parque, em especial, as práticas ecoturísticas existentes na área, desde sua institucionalização como Unidade de Conservação, no ano 2000 até os dias atuais. Para este estudo, foi realizado levantamento bibliográfico, registro fotográfico e aplicação de questionários para a coleta de dados sobre os aspectos geoambientais, turísticos e socioculturais do local.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

A história das políticas públicas de turismo no Brasil pode ser dividida em quatro períodos, tendo por base a análise de todas as diretrizes legais promulgadas até 2001, realizada por CRUZ (2002) e a avaliação da continuidade da política de 2001 até os dias atuais. O primeiro período, segundo a autora, conhecido como a “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo, teve início em 1938, através do Decreto Lei nº 406/38, e fim em 1966 (Decreto nº 55/66), e esteve baseado na configuração da superestrutura do turismo no país por meio da criação de organismos oficiais de turismo que ampliaram o universo de atuação do Estado diante da atividade. Neste período havia uma falta de compreensão sobre a competência política governamental em relação à questão turística como um todo, seus assuntos e responsabilidades transitaram durante décadas em diferentes departamentos, mudando a cada troca de governo, resultando na dificuldade de gestão e continuidade das políticas públicas.

A segunda fase teve início em 1966 (Decreto-Lei nº 55/66), por meio da criação do Sistema Nacional de Turismo, constituído pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e Ministério das Relações Exteriores. Foi um marco na evolução das políticas públicas de turismo no país, conforme BECKER (1996, p. 186), desenvolvido nos moldes do pensamento militar da época: controle rígido da atividade turística, centralizado pelas grandes companhias, situadas particularmente no município do Rio de Janeiro. Neste segundo período, embora promulgados diversos diplomas legais regulamentando o desenvolvimento do turismo, a

política ainda estaria vinculada a aspectos parciais da atividade turística, ao invés de uma abordagem estrutural e totalizante.

No período 1991 a 1999, o Decreto nº 55/66 é revogado pela Lei nº 8.181/91 que reestrutura a EMBRATUR e apresenta os objetivos e as diretrizes para a formulação de uma Política Nacional de Turismo (PNT), publicada de fato em 1996. A principal mudança no cenário político do turismo neste terceiro período “[...] estaria expressa na substituição da ênfase no desenvolvimento, para a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e para a valorização do homem”. (BECKER, 1995, p. 26)

Em janeiro de 2003 foi criado o Ministério do Turismo (MTur), dando início a uma nova etapa na evolução das políticas públicas do turismo no Brasil, por meio da reestruturação das funções da EMBRATUR – órgão agora destinado à promoção e apoio à comercialização turística internacional; e o MTur responsável pela execução da Política por meio dos Planos Nacional de Turismo (PNT). O primeiro Plano Nacional do Turismo (2003-2006) foi lançado em abril de 2003, e o segundo em 2007. Estes documentos, elaborados de forma coletiva, sob consulta de diversos setores representativos do turismo brasileiro, “[...] procuram traduzir uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística”. (BRASIL, 2003, p. 7)

É no contexto da evolução das políticas públicas de turismo no Brasil, que ocorre a evolução das diretrizes específicas de turismo em Unidades de Conservação. A regionalização e segmentação das atividades turísticas, principais estratégias da nova configuração política de desenvolvimento do turismo no país, abarcam o seguimento do ecoturismo no Brasil.

3 O ECOTURISMO A PARTIR DA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No atual contexto da globalização, o turismo surge como atividade econômica que vem demonstrando grande crescimento nas últimas décadas no Brasil e tem-se mostrado como forte alternativa econômica para as regiões privilegiadas em áreas naturais, valorizadas por ricos patrimônios histórico-culturais, caracterizando o chamado turismo ecológico, ambiental ou também, ecoturismo.

Um dos primeiros ambientalistas a definir o turismo em áreas naturais, foi o mexicano Hector Ceballos Lascurain, que popularizou o termo ecoturismo no mundo por meio da publicação *“Ecotourism: the potential and the pitfalls”* (BOO, 1990). Simples e sem idealismos, o conceito de Lascurian se resume à observação e contemplação da paisagem, suas plantas e animais. Segundo ele,

Ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem e suas plantas e animais, assim como quaisquer outras manifestações culturais - passadas e presentes - nestas áreas encontradas. (BOO, 1990, p. 36)

Diretor do Ministério Mexicano de Desenvolvimento e Ecologia e presidente de Organização Não Governamental de proteção ao meio ambiente, Lascurian buscava encontrar meios para a conservação das terras alagadas do norte de Yuacatán (loais de procriação e alimentação dos flamingos americanos), em riscos de impactos advindos de projetos desenvolvimentistas. Na época, ele utiliza, entre diversos argumentos, a presença de um número crescente de turistas no local praticando uma atividade específica, cujo principal objetivo era a presença de fauna e flora em território ainda conservado. Naqueles dias, Lascurian, bem como um grupo de ambientalistas em todo o mundo, convenciam-se de que aquelas pessoas poderiam ter um papel importante na criação de áreas preservadas, e no incremento da economia rural local, criando novos empregos e preservando a “ecologia” da área. A definição e utilização do termo “ecoturismo” viria então a descrever este fenômeno, fazendo com que o turismo em áreas naturais merecesse maior atenção (BOO, 1990).

Para Adyr Balastrieri Rodrigues, pioneira nos estudos acadêmicos de turismo em sua interface com a geografia no Brasil, o ecoturismo é definido como sendo:

Uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios par as comunidades receptoras. (RODRIGUES, 2003, p. 31)

Com a evolução do conceito, observa-se a inserção de outras práticas, premissas e princípios, cuja característica principal é a preocupação com a preservação ambiental e a promoção de melhoria da qualidade de vida das populações locais. A Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), por exemplo, quando descreve a atividade, lhe atribui “responsabilidades”, e em consequência, a “melhoria do bem estar da comunidade local”. Observa-se então, a inserção de responsabilidades daqueles que programam, tais como agências de viagens, Poder Público, comunidade local e os turistas que participam de atividades turísticas em área natural, ampliando a complexidade do conceito. O Ecoturismo passa a ser entendido como uma atividade que minimiza impactos no meio ambiente; promove atenção e respeito ambiental e cultural; provê benefícios

financeiros diretos para conservação e a comunidade local; aumenta a sensibilidade dos países para a atmosfera política, ambiental e social; entre outros (BRASIL, 1994).

Ao observar os termos utilizados nos projetos e nas políticas públicas desenvolvida para o turismo em áreas naturais no Brasil, esse contexto também se aplica. Nesse sentido, observa-se que inicialmente o turismo em áreas naturais foi denominado ‘turismo ecológico’, e embora ele já apresentasse princípios em sua delimitação conceitual, derivava de uma abordagem simples de turismo de observação ou contemplação da paisagem natural, com sua biodiversidade de flora e fauna. Quando os órgãos de defesa do meio ambiente iniciam políticas integradas com os órgãos de turismo, idéias de conservação ambiental e sustentabilidade social são inseridas à definição, resultando no termo ecoturismo (RUSCHMANN, 2005). Nos últimos anos, porém, observa-se um tímido resgate, por meio dos órgãos de turismo, da simplicidade do conceito; em consequência, o desenvolvimento, ou continuidade de programas paralelos para o ecoturismo em órgãos ambientais, mantém sua complexidade.

Na busca de entender essa construção - assim como foi feito com o conceito pioneiro de Lascurian, atenta-se mais uma vez à existência de diferentes correntes paradigmáticas, não apenas na academia, mas nos próprios órgãos de governo, a conceber suas próprias idéias. Torna-se, portanto, difícil estabelecer uma relação metodológica que revele eficazmente a atividade na prática, e na teoria.

Segundo Molina (2001), há dois modelos básicos de implementação e de operação de políticas públicas em ecoturismo baseados em dois modelos de ecoturistas:

- 1 – Um modelo que se destaca das práticas usuais de turismo convencional, uma oferta a mais para os turistas tradicionais. Na realidade, sua motivação principal não está relacionada ao ecoturismo: trata-se de uma opção a mais para um segmento de mercado massivo, sendo, portanto, uma variante vinculada à contemplação da natureza.
- 2 – Um modelo integral que tem lugar em espaços naturais, (...) e que são visitados por turistas com motivações específicas. (MOLINA, 2001, p. 159)

Para o autor, o autêntico ecoturismo não se trata, portanto, de uma ramificação agregada ao setor turístico, porém, “[...] isso não significa que prescindir de suportes como alojamento, transporte”, e todos os serviços relativos à atividade, “[...] mas, sem dúvida, tais elementos e funções da oferta adquirem outras características em termos de desenho e operação.” (MOLINA, 2001, p. 160). Para o autor existem dois tipos de produtos ecoturísticos atualmente: um tradicional e outro autêntico. As empresas que atuam com este último, trabalham sob o desafio de estarem sempre comprometidas com a conservação ambiental e a experiência educativa dos turistas.

O reconhecimento desses dois perfis leva à compreensão da existência de diferentes operações de atividades de contemplação e observação de fauna e flora abarcadas como sendo de um mesmo segmento. Este fato não necessariamente inviabiliza o ordenamento do ecoturismo por parte do poder público, mas aponta para a necessidade de jamais ser ignorado quando da definição de políticas e programas de governo. Entender essa diferença auxilia na definição de políticas públicas no sentido de inserir os empreendimentos que atualmente se preocupam em satisfazer os desejos dos “turistas tradicionais”, e os que são voltados aos “ecoturistas autênticos” e à comunidade local, adequando seus serviços e estando em dia com suas responsabilidades.

Nesse contexto, os princípios do ecoturismo devem assentar na promoção de suporte a conservação e proteção ambiental, por meio da potencialização da responsabilidade do operacional com a utilização sustentada dos recursos (gerar parcerias com agentes locais e Organizações Não-Governamentais (ONGs), em desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, monitorar constantemente as atividades praticadas, proporcionar educação ambiental, entre outros); enquanto o segundo não estaria concentrado na manutenção do desenvolvimento sustentável (MOLINA, 2001).

De fato, se observa na prática um desafio para os empreendimentos vincular lucratividade com a idéia de uma atividade “ecologicamente correta”. Nesse sentido, a execução efetiva do ecoturismo muitas vezes não corresponde à sua definição teórica, causando a impressão para a sociedade e até para alguns turistas, de seu conceito ser uma falácia. A realidade, levada a senso comum, quase que de forma invisível por sua sutileza, parece transformar o entendimento do ecoturismo num conjunto de atividades preocupado com a conservação e a educação ambiental, mas, não necessariamente, “ecologicamente correto” em toda a sua complexidade operacional.

4 O ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A ação humana constitui-se o principal agente de transformação do meio ambiente, em função das intervenções no espaço geográfico, relacionadas com a realização de suas necessidades de conquista, da sobrevivência e da expansão das práticas capitalistas, de uma forma tão agressiva, que atualmente torna-se complexo e difícil elaborar mecanismos e procedimentos efetivos de práticas de conservação.

Diante do exposto, a criação de Unidades de Conservação, ainda é uma das alternativas

efetivas para tentar despertar a consciência ambiental na sociedade e convencê-la de que os recursos naturais são finitos.

No Brasil, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, entende-se por Unidades de Conservação:

Espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público ou privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e de limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, Lei nº 9.985, Art. 2º, 2000).

Assim, as áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e manutenção dos ecossistemas naturais, de sua diversidade biológica e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos e têm como objetivo preservar a natureza e proporcionar a oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental e o ecoturismo. Tal concepção também se aplica às unidades de conservação estaduais e municipais.

Para Lima (2003, p. 71), as décadas de 60 e 70 marcaram o despertar para a sensibilização da opinião pública dos países desenvolvidos com os temas e as causas ambientais, assim como o despertar para novas atitudes frente às áreas naturais. Segundo a autora, neste período, a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque do produto turístico, e a natureza e seus componentes tornam-se pretextos para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado.

Assim, em nome do ecoturismo, áreas remotas e partes dos territórios relativamente pouco alterados dos países estão se convertendo em destinos favoritos para turistas nada convencionais. É notável que a beleza cênica, juntamente com os elementos histórico-culturais existentes nas áreas naturais, sobretudo as protegidas legalmente, representa pólos de atração e recepção de turistas e visitantes.

No Brasil, as áreas naturais protegidas, principalmente os parques nacionais, estão entre as principais destinações do turismo ecológico e ecoturismo. Tanto é que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC contempla a prática de atividades turísticas, no caso, o turismo ecológico.

Apesar das Unidades de Conservação serem locais destinados à conservação ambiental, exercício da educação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza em seu estado

original ou mais próximo deste, a prática da atividade turística muitas vezes não atende esses princípios. Assim, a atividade turística é muitas vezes vista apenas como positiva à natureza. Contudo, o turismo não apresenta apenas impactos positivos, mas também impactos negativos, degradantes e agressoras ao meio ambiente (RUSCHMANN, 2005).

O autor salienta que muitas vezes valorizam-se excessivamente os impactos positivos ou os benefícios da atividade, deixando de lado as consequências indesejáveis e o custo. Em relação aos aspectos positivos do ecoturismo, podemos ressaltar: a criação de novas áreas; o engajamento das comunidades locais no desenvolvimento do “orgulho étnico” e de ambientalistas na orientação e participação em programas de ecoturismo.

Verifica-se que os impactos negativos do ecoturismo sobre o meio ambiente podem superar os impactos positivos causados pelo mesmo, como poluição sonora; resíduos sólidos; degradação de ecossistemas frágeis; perda da biodiversidade; compactação dos solos resultante do pisoteamento; aceleração de processos erosivos; pichações nas rochas; migração das pessoas, vista pela atração de agentes externos e pela evasão da população de localidade, estes sobressaindo em relação aos aspectos positivos.

Devido aos problemas oriundos do desenvolvimento do turismo em áreas naturais, no caso do ecoturismo, destaca-se a necessidade de se estabelecer limites para seu crescimento, com o intuito de monitorar e planejar tais atividades, apontando propostas para minimizar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos ao meio natural e a população envolvida neste processo.

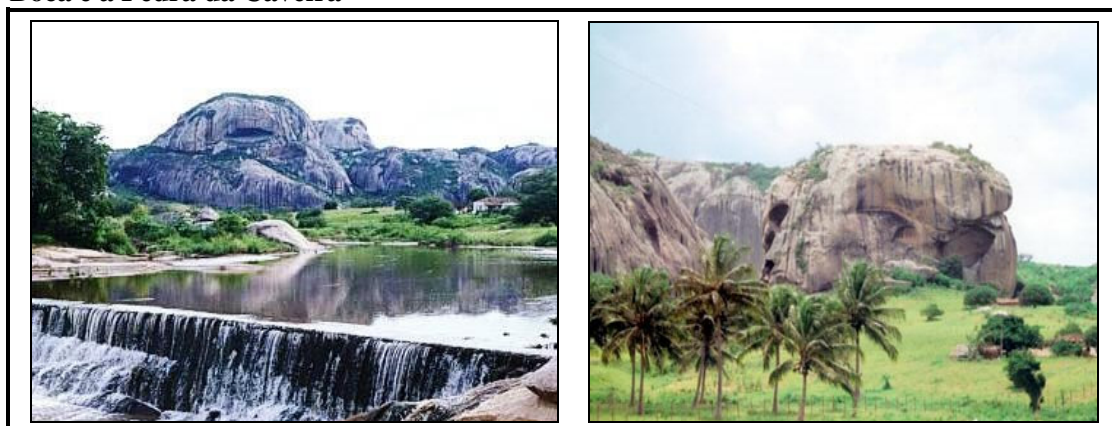
5 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA DA BOCA

O Parque Estadual da Pedra da Boca (PEPB) está localizado no município paraibano de Araruna. Situa-se em zona fisiográfica de caatinga, na Mesorregião Geográfica do Agreste paraibano e na Microrregião do Curimataú Oriental, entre os paralelos 6° 31' e 6° 33' de Latitudes Sul e entre os meridianos de 35° 35' e 35° 37' de Longitudes Oeste (figura 1).

O PEPB foi instituído pelo Decreto Estadual nº 20.889, em 07 de fevereiro de 2000 e publicado no Diário Oficial do Estado em 08 de fevereiro de 2000 (PARAÍBA, 2007). Possui 157,3 hectares de extensão territorial, formado por um conjunto rochoso de grande beleza cênica inserido no bioma caatinga, é bastante significativo para as várias modalidades do turismo: ecoturismo, turismo de aventura, turismo religioso e pesquisas científicas.

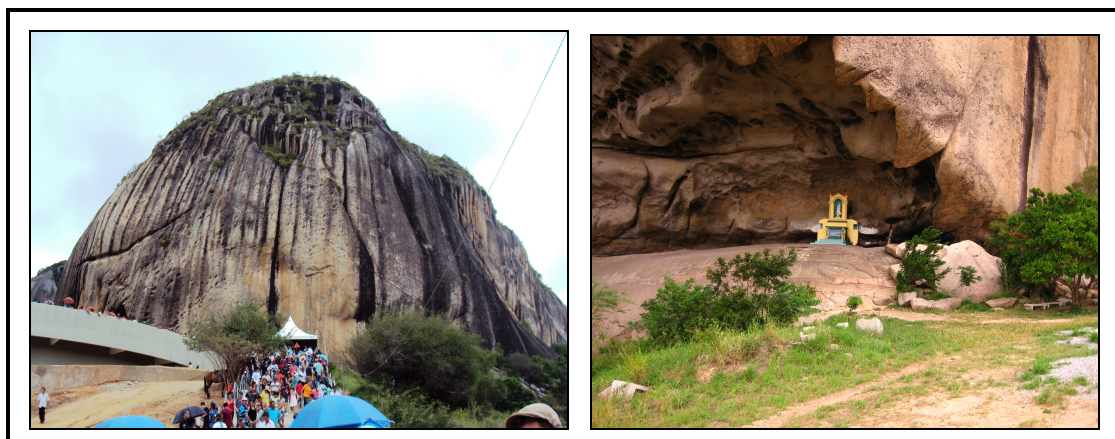
Fonte: CAVALCANTE, 2005.

Figura 2 e 3 - Paisagem do Parque Estadual da Pedra da Boca: Pedra da Boca e a Pedra da Caveira



Outra formação rochosa muito visitada no Parque Estadual da Pedra da Boca é a Pedra da Santa (Pedra do Letreiro), na sua cavidade abriga a imagem de Nossa Senhora de Fátima. Diante desse fato, a Pedra da Santa recebe visitantes, pagadores de promessas e turistas de toda região e de outros estados. Todo dia 13 de cada mês, acontece no local uma missa ao ar livre realizada pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB (figuras 4 e 5).

Figura 4 e 5: Pedra da Santa (Pedra do Letreiro) e a área utilizada para turismo religioso



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, pesquisa de campo, maio 2010.

5.1 Atividades turísticas praticadas no Parque Estadual da Pedra da Boca

Desde o início dos anos 90, vem se registrando a prática extensionista de atividades estudantis e científicas, além de esportes de aventura, como escalada e rappel no PEPB. Isso tem feito que o lugar ganhe notoriedade, sendo um espaço divulgado pelos seus frequentadores. Na análise da segmentação turística do PEPB, verificou-se a existência, ou predominância, de quatro atividades turísticas: o turismo ecológico, o turismo de aventura, o turismo religioso e o turismo educacional. Cada um delas será discutida ao longo do texto, que apresentará as características de cada uma, bem como suas influências sobre a área em questão.

- Turismo Ecológico (Ecoturismo)

Segundo Beni (2005) o “turismo ecológico” consiste no deslocamento de pessoas para ambientes naturais. As pessoas que praticam o turismo ecológico encontram motivação no desejo e/ou na necessidade de desfrutar tudo o que a natureza pode proporcionar.

Ruschmann (1997) vai mais além do conceito de turismo ecológico baseado apenas nas atividades praticadas e nas necessidades do turista. Para ela, o turismo ecológico assume um caráter ideológico de cunho preservacionista, tanto ambiental quanto social. Segundo esta autora, o turismo ecológico pode ser entendido como uma forma de viajar que tem como princípios básicos o compromisso com a proteção da natureza e com a responsabilidade social dos turistas para com o espaço visitado.

Deste modo, o turismo ecológico ou ecoturismo está centrado na contemplação da paisagem e seus elementos constitutivos como a fauna, a flora e os aspectos cênicos do lugar. Além disso, a motivação dos turistas a esta atividade baseia-se também na necessidade de fuga do ambiente caótico das grandes cidades.

No PEPB esta atividade é realizada basicamente por pessoas provenientes de centros urbanos nacionais e internacionais. De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, os turistas se deslocam até o Parque tanto por intermédio de agências de receptivo turístico de João Pessoa (PB) e Natal (RN), como por meios próprios através de divulgação por parte da imprensa ou de amigos. Os passeios dentro do parque são realizados por meio das caminhadas guiadas nas diversas trilhas existentes na área territorial do Parque, como as trilhas da Aventura, do Letreiro, do Forno, do Gemedouro e do Coração, podem ser observadas as diversas formações rochosas, além das espécies da fauna e da flora endêmicas do bioma caatinga existente na região (CAVALCANTE, 2005).

- Turismo de Aventura

Para Beni (2005), o turismo de aventura consiste no deslocamento de pessoas para espaços naturais, podendo contar ou não com o amparo de roteiros programados e de equipamentos receptivos. A motivação para a prática de tal modalidade turística está centrada na atração exercida pelo desconhecido e ânsia de enfrentar situações de desafio físico e também emocional. A prática de turismo de aventura compreende múltiplas formas de treinamento de sobrevivência na selva e em outros locais inóspitos ou ainda não desbravados e além do contato com culturas primitivas.

Conforme a Embratur (2001), o turismo de aventura é uma modalidade turística que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional. Tais atividades podem ser realizadas em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, envolvem emoções e riscos e exigem o uso de técnicas e de equipamentos específicos, bem como a adoção de determinados procedimentos de segurança pessoal.

Neste sentido, verifica-se um fluxo de pessoas, praticantes de esportes de aventura, por exemplo, escalada e rappel, que se dirige ao Parque atraídos pelas formações rochosas, em especial a Pedra da Boca. Os pontos propícios à técnica do rapel no Parque Estadual da Pedra da Boca são: rapel na Aroeira – 55 m; na Pedra da Oratória – 50 m; na Pedra da Caveira – 50 m; e, na Boca – 80 m. Também existe a prática da caminhada, *mountain bike*, *camping* e para-quedas (CAVALCANTE, 2005).

Figura 6 e 7: Prática do Turismo de Aventura no Parque Estadual da Pedra da Boca



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, pesquisa de campo, abr. 2010.

Todo um apoio ao praticante do turismo de aventura se faz presente no PEPB, onde o turista encontra as facilidades necessárias para tal prática. Os visitantes são guiados por equipes especializadas que prestam este serviço no Parque, estes ministram treinamentos e fornecem suporte durante a realização das atividades.

Todo o Parque está inserido nos contrafortes da Serra da Confusão, assim conhecida pela existência de várias serras de rochas graníticas que escondem grutas e cavernas quase inexploradas, algumas possuem importante sítios paleontológico e arqueológico, com pinturas rupestres da Tradição Nordeste, outras dão abrigo a alguns animais da fauna do lugar como: gato do mato, raposas, tejus, alguns roedores, morcegos, tatu, gato do mato entre outros.

Parafraseando Santos (2003), as cavidades naturais do Parque são frutos de tombamentos de enormes blocos de granito que, ao caírem, formaram abrigos sob rochas e cavernas e que estão em constante evolução, graças à ação da erosão e dissolução da água.

A visita às cavernas e as grutas do PEPB é uma das potencialidades ecoturísticas do local, onde o grau de dificuldade é alto. Ter em mente a responsabilidade ambiental e informação correta nestes lugares é primordial, visto pela fragilidade, exigindo cuidados especiais para que os sinais de

falta de consciência não fiquem marcados, tais como descaracterização pelo pisoteio, pichações, lixo, entre outros impactos.

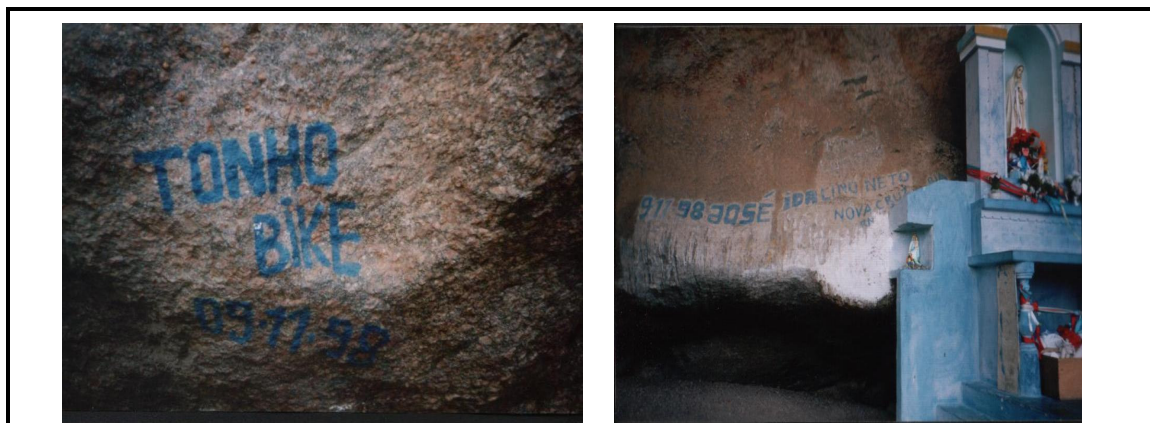
- Turismo Religioso

Zimmermann (2005) na sua tentativa de conceituar turismo religioso, consegue resumir as definições de Beni e Andrade em uma só. Segundo ele, turismo religioso é aquela modalidade turística que encontra sua motivação na fé ou necessidade de cultura religiosa. Esta prática está impressa na visitação a igrejas e santuários, bem como na peregrinação, romarias e congressos eucarísticos.

Nesse contexto, ao longo dos anos, vem se registrando um deslocamento de pessoas provenientes do Estado do Rio Grande do Norte e de outros municípios da Paraíba até à Pedra da Santa (Pedra do Letreiro), uma das formações rochosas do PEPB, caracterizando o turismo religioso na área oficial do PEPB. Estes peregrinos são guiados pela fé em Nossa Senhora de Fátima, cuja imagem está exposta na Pedra da Santa. Esta atividade já conta com um calendário pré-estabelecido e constata-se a intenção por parte do governo do estado para a criação de infraestrutura que venha atender esse seguimento turístico. A Pedra da Santa recebe fiéis para a tradicional missa ao ar livre, reunindo pagadores de promessas, devotos, visitantes e turistas de toda região e de outros estados. Esta atividade religiosa é realizada pela Arquidiocese de Guarabira/PB, e pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna/PB, com eventos programados todo dia 13 de cada mês.

De acordo com as observações e registros fotográficos da área, já se registram impactos negativos na Pedra da Santa. Ao lado da imagem de Nossa Senhora de Fátima, percebe-se pichações na superfície da rocha bem como o acúmulo de lixo em seu entorno.

Figura 8 e 9: Pichações na Pedra da Santa (Pedra do Letreiro)



Fonte: Márcio Balbino Cavalcante, pesquisa de campo, abr. 2010.

Com o objetivo de oferecer uma infra-estrutura de apoio aos fiéis durante as atividades religiosas, o governo do estado da Paraíba construiu, próximo a Pedra da Santa, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima. O projeto arquitetônico do Santuário possui uma estrutura para receber aproximadamente 5.000 romeiros, com dependências para banheiros, lanchonete, secretaria e local de acomodação dos fiéis para participarem das celebrações religiosas.

- Turismo Educacional

O turismo educacional também se faz presente no Parque Estadual da Pedra da Boca. Sobre as conceituações acerca deste segmento da atividade turística, tem-se levado em conta tanto o tipo de turista que pratica esta atividade e sua motivação como as características do local que é visitado.

A beleza cênica do Parque é formada pelo conjunto rochoso e pelos recursos faunísticos e fitogeográficos, bem como pelos vestígios arqueológicos, é cenário e laboratório de pesquisadores de diversas instituições e localidades, tais como a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entre outras. São geógrafos, biólogos, geólogos, turismólogos, historiadores entre outros profissionais atraídos pela diversidade ambiental e cultural do local.

O Parque Estadual da Pedra da Boca também recebe professores e alunos do ensino básico, profissionalizante e superior, encontrando no ambiente local a possibilidade de vivenciar *in loco* o saber acadêmico da sala de aula. Segundo os guias do PEPB, estas visitas, na sua maioria, são mal planejadas visto que não existem agendamento nem controle do número de estudantes, o que gera impactos negativos ao Parque.

5.2 Infra-estrutura, estágio de conservação e políticas públicas no PEPB

O Parque Estadual Pedra da Boca (PEPB) está localizado a 170 km de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba e distante a 14 km da sede do município de Araruna (PB), possui uma área total de 157,3 hectares. O desenvolvimento espontâneo e não planejado de um turismo a partir da década de 90, particularmente através de visitas de estudo por jovens universitários associado a atividades de lazer, especialmente, escalção e rapel, bem como o interesse por parte do governo do estado da Paraíba, veio a definir a vocação turística da área.

A criação do PEPB é de fundamental importância para a preservação do ambiente local, composto pelo complexo rochoso granítico e de espécies endêmicas do bioma caatinga presentes na

área da Unidade de Conservação. Além, da possibilidade de criar condições para a conscientização tanto por parte dos turistas, como da população do entorno pertencentes aos municípios de Araruna (PB), Tacima (PB) e Passa e Fica (RN), para que o turismo possa ser desenvolvido de forma a não agredir a natureza, investindo numa política ambiental pautadas na ótica do desenvolvimento sustentável.

Instituído como área de proteção integral, o PEPB teve como primeiras medidas a remoção das famílias residentes no parque, bem como o impedimento das atividades de subsistência adotadas por elas. Deve ser ressaltado, que foram particularmente os atributos estéticos das formações rochosas existentes na área e não o estado de preservação do ecossistema local que motivou a criação da UC, de modo que a motivação primordial foi a preocupação com a manutenção da integridade da paisagem do lugar (FERREIRA, 2004, p. 8).

Atualmente, reside no entorno do Parque uma pequena comunidade (Sítio Água Fria, Araruna/PB) formada por cerca de dezoito famílias. A falta de integração efetiva da população local é notável, apenas alguns conseguiram se inserir nas atividades turísticas desenvolvidas no PEPB. Sabe-se que para se combater as deficiências e gerar empregos e renda no setor turístico é preciso inserir a população local nessa atividade. A população não pode ficar excluída, como acontece nas ações tomadas no PEPB.

Para Cruz (2001), a gestão do ecoturismo, além de garantir os objetivos de conservação da natureza e a manutenção da qualidade ambiental, deve permitir que os benefícios gerados por suas atividades sejam amplamente incorporados pelas populações locais, como sujeitos do desenvolvimento.

Na realidade existe uma grande carência de políticas públicas por parte dos órgãos responsáveis ligados ao governo do estado da Paraíba, como ações de ordem gerencial, estrutural e ambiental, tais como: ausência de estudos voltados para o conhecimento dos aspectos biofísicos e sociais e conservacionistas da unidade, tais como o zoneamento ambiental, inexistência do Plano de Manejo; carência na infra-estrutura do Parque, como placas de sinalização, falta de banheiros; ausência de padronização das trilhas; número de guarda-parques insuficientes; falta de orientação aos visitantes e ausência de materiais educativos e de atividades de Educação Ambiental.

Cruz (2001) afirma que a intensificação do uso turístico leva a introdução, multiplicação e, em geral, a concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre os objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração e de prestação de serviços e infra-estrutura de lazer.

Diante do exposto, O PEPB está sujeita aos intensos processos degradacionais, como: pichações nas rochas e nas pinturas rupestres; poluição sonora, afetando os animais e as pessoas;

acúmulo de lixo; presença de animais domésticos; desmatamento e prática da caça; presença de agricultura de subsistência nas áreas dos corredores ecológicos, entre outros impactos negativos ao meio ambiente local. Na realidade, o PEPB é uma Unidade de Conservação cujos objetivos que motivaram sua criação ainda não foram plenamente concluídos.

Em 2003, a Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (SUDEMA) criou o Plano de Gestão Participativo do Parque Estadual da Pedra da Boca, e atualmente encontra-se desatualizado, pretendeu com esta ação envolver desde a presença da população local, como também Instituições de Ensino e Pesquisa, entidades governamentais e não-governamentais e até representantes das Prefeituras envolvidas no plano de turismo do local, tem como objetivos específicos a participação e a orientação sobre os estudos científicos, as práticas educativas de preservação e de manutenção da Unidade de Conservação, a saber: SUDEMA; Associação Comunitária de Água Fria; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas (SEBRAE-PB); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III – Centro de Humanidades, em especial, o Curso de Geografia; as Prefeituras dos municípios de Araruna/PB e Passa e Fica/RN (FERREIRA, 2004).

Diante do exposto, e após 10 anos de instituição do PEPB, é fundamental a implementação efetiva e urgente do plano de manejo do Parque, uma vez que normas de conduta e critérios do uso indireto dos recursos naturais devem ser estabelecidas. Convém ressaltar que a existência de espécies endêmicas no parque deveria garantir a imediata realização do seu plano de manejo.

Segundo o SNUC (2000), o Plano de Manejo é um instrumento normativo e regulador do uso de áreas protegidas e tem como objetivo principal, nortear o desenvolvimento adequado do programa de uso público, no qual se insere a atividade do Ecoturismo, bem como estabelecer seu zoneamento, normas que regulamentam o uso da área e o manejo dos recursos naturais e medidas que promovam sua integração à vida econômica e social das comunidades do entorno.

CONCLUSÃO

De acordo com o que foi discutido neste trabalho, a problemática das Unidades de Conservação e as atividades nelas desenvolvidas, em especial o ecoturismo, estão longe de se resumir à definição e institucionalização de áreas e biomas a serem protegidos. É visível que tais etapas não são suficientes para garantir a preservação e/ou manejo sustentado dos diversos ecossistemas, que para serem alcançados dependem de políticas públicas efetivas.

Assim, a nova abordagem dada pelo Ministério do Turismo é importante na evolução das

políticas públicas e no próprio entendimento do conceito de ecoturismo, quando reconhece que o tal atividade turística “[...] tem liderado a introdução de práticas sustentáveis no setor turístico” e delimita as diferenças entre “Turismo Sustentável” e o “Ecoturismo” (BRASIL, 2006). Se, segundo o MTur, a sustentabilidade é premissa de todo e qualquer tipo de turismo, em qualquer destino, este é, sem dúvida, um importante passo para a evolução de políticas públicas para a difícil sustentabilidade do turismo, que até pouco tempo atrás ainda era atribuída apenas às atividades turísticas em área natural, fica a reflexão sobre o que realmente é ecoturismo quando passa-se a concebê-lo não apenas sobre o viés da sustentabilidade.

Em meio à ausência dessas, cabe à sociedade reivindicar o efetivo cumprimento da política ambiental e dentro da problemática tratada aqui, no que concerne a implantação e gestão efetiva das Unidades de Conservação, dentro das diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.

Diante deste contexto, o presente trabalho demonstra que o Parque Estadual da Pedra da Boca – PEPB necessita de políticas públicas efetivas de turismo, com o intuito de solucionar os problemas decorrentes do uso turísticas do local, promovendo o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental do PEPB.

Para tanto, é preciso inferir as seguintes considerações: investir na implantação de uma infra-estrutura adequada, para que a relação da atividade turística e conservação do ambiente sejam desenvolvidas de forma harmoniosa; desenvolver programas que insiram a comunidade local nas atividades do Parque; investir na formação de guias preparados para orientar e monitorar o fluxo turístico, ajudando na preservação do lugar; promover cursos e treinamentos voltados para a preservação e manutenção do meio ambiente local e desenvolver campanhas educativas em Educação Ambiental e Legislação Ambiental, conscientizando os visitantes, moradores locais e turistas no que se refere ao uso e manutenção da natureza.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. **Brasil, uma potência regional na economia do mundo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 8.ed. São Paulo: Senac, 2005.

BOO, Elizabeth. **Ecotourism: the potential and the pitfalls**. Washington DC: WWF, 1990.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas**. 2003-2007. Ministério do Turismo. Brasília, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Política Nacional de Turismo**. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: PLANALTO, 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2005.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Ecoturismo em Áreas Protegidas: um olhar sobre o Parque Estadual da Pedra da Boca**. Monografia de Conclusão de Curso em Geografia, UEPB, 2005.

_____. Rio Calabouço: conhecer para preservar. In: LINS, Juarez Nogueira; BEZERRA, Rosilda Alves; CHAGAS, Waldeci Ferreira (Orgs.). **Espaços Interculturais: linguagem, memória e diversidade discursiva**. Olinda: Livro Rápido, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Análise crítica dos textos geográficos: breves notas. **Geo UERJ – Revista do Departamento de Geografia**. Rio de Janeiro, n. 14, 2º semestre de 2003, p. 7-18.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

EMBRATUR. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável**. Caeté: EMBRATUR, 2001.

FERREIRA, Rogério dos Santos. **Plano de Ação Emergencial do Parque Estadual da Pedra da Boca**. João Pessoa: SUDEMA, 2004.

LIMA, Maria Lúcia Costa. (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

MOLINA, Sérgio. **Turismo e ecologia**. Bauru: EDUSC, 2001.

PARAIBA. Decreto n.º 20.889, de 07 de fevereiro de 2000. **Cria o Parque Estadual da Pedra da Boca, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.sudema.pb.gov.br/legis_files/decreto20889.html>. Acesso em: 10 de jun. 2007.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.

RÖPER, Monika. **Geografia Social e Unidades de Conservação**. Reflexões teóricas e exemplos da bacia do Alto Rio Paraguai (Mato Grosso). Revista Geosul, Santa Catarina, n. 27, jan./jun. de 1999.

RUSCHMANN, Doris. **Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil**. Turismo em Análise, São Paulo, n. 56, maio de 1997.

_____. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção ao meio ambiente**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2005.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Manual do Espeleólogo**. Campina Grande: EDUEP, 2003.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A Vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: ____; BRUHNS, Heloísa T. (org.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo Rural**. Disponível em: <http://zimmermann.com.br/espaco.htm> Acesso em: 10 dez. 2005.